



STOPPING TOBACCO
ORGANIZATIONS & PRODUCTS

Resumo de política

Global

Protegendo o sistema de rastreamento de tabaco do seu país contra a indústria do tabaco

O Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco (PTI) requer um sistema global de rastreamento de tabaco.

Esse sistema foi desenvolvido à luz de evidências contundentes do envolvimento da indústria do tabaco no contrabando de seus próprios cigarros² e foi deliberadamente destinado a interromper esse envolvimento.

Resumo Executivo

O Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco (PTI) requer um sistema global de rastreamento do tabaco.¹ Maços de cigarros e o tabaco de enrolar precisam ser marcados com uma identificação única e segura, para que possam ser rastreados desde o ponto de fabricação até o ponto em que todos os impostos foram pagos. Se eles acabarem no mercado ilícito, poderão ser rastreados para identificar onde o problema surgiu e onde foram originalmente fabricados.

Esse sistema foi desenvolvido à luz de evidências contundentes do envolvimento da indústria do tabaco no contrabando de seus próprios cigarros² e foi deliberadamente destinado a interromper esse envolvimento. Por esse motivo, o protocolo diz especificamente que a responsabilidade pelo rastreamento não pode ser delegada à indústria do tabaco.¹

As evidências mais recentes sugerem que a indústria do tabaco, incluindo as grandes empresas de tabaco do mundo, continua envolvida no contrabando.³ Portanto, elas têm um claro interesse em tentar controlar os sistemas de rastreamento. Isso permitiria que continuassem esse envolvimento com impunidade, evitando assim os pagamentos de impostos e os litígios em potencial.

Alinhado a isso, pesquisas sobre documentos vazados da indústria e outros materiais revelam que as grandes empresas de tabaco estão buscando alcançar esse controle por meio de um esforço elaborado e dissimulado, implementado ao longo dos anos. Elas passaram a controlar a maioria dos dados sobre o contrabando de tabaco e usaram isso para exagerar o problema da falsificação e o envolvimento de pequenos concorrentes locais, enquanto obscureciam seu próprio envolvimento,⁴ convencendo assim os governos de que são vítimas, e não os autoras do contrabando. Para aumentar sua influência, elas fizeram pagamentos às autoridades e agências reguladoras destinadas a responsabilizá-las.⁵⁻⁷ Utilizam cada vez mais terceiros, geralmente ex-policiais,⁸ para apresentar seus dados e aumentar a credibilidade de seus casos. Agora, elas desenvolveram seu próprio sistema digital de verificação de impostos, que estão promovendo como sistema de rastreamento e usando terceiros para afirmar que são independentes da indústria.^{3,6} Se os governos permitirem que esse sistema seja implementado, perderão sua capacidade de controlar o contrabando de tabaco.

Este documento resume esta pesquisa. O objetivo é alertar as agências reguladoras e os departamentos governamentais sobre esse escândalo, que deve ser exposto e interrompido para garantir que um sistema funcional e independente de rastreamento possa ser implementado. Somente isso, e não um sistema controlado pela indústria do tabaco, ajudará a reduzir o contrabando de tabaco e a aumentar as receitas do governo.

Parte 1 descreve as evidências do envolvimento da indústria no contrabando de tabaco, tanto passado quanto presente, e suas motivações para controlar o rastreamento do tabaco.

Parte 2 descreve as táticas usadas para atingir esse objetivo e explica como a indústria procurou enganar governos, agências reguladoras, a mídia e o público.

Parte 3 explica o que podemos esperar a seguir, o que funciona e o que os governos devem fazer.

*As empresas do tabaco...
...têm um longo histórico de
cumplicidade no contrabando de
tabaco*

*...podem se beneficiar do
contrabando de tabaco*

*...ainda estão envolvidas no
contrabando de tabaco (os
cigarros das empresas de tabaco
representam cerca de dois terços
do mercado ilícito)*

Parte 1

O envolvimento das empresas de tabaco em ilícitos e por que elas querem controlar os sistemas de rastreamento

No final dos anos 90, evidências contundentes dos próprios documentos das grandes empresas de tabaco mostraram que elas estavam orquestrando o contrabando de seus próprios cigarros em grandes quantidades em todo o mundo. Um terço⁹ das exportações mundiais de cigarros estavam acabando no mercado ilícito. Os próprios documentos da indústria mostraram que o contrabando era uma parte essencial de sua estratégia de negócios.¹⁰ As grandes empresas de tabaco estavam abastecendo alguns mercados¹¹ quase totalmente com cigarros contrabandeados, e mais tarde foram implicadas no crime organizado.¹² De 1998 a 2008, além das pesquisas e publicações da imprensa sobre sua má conduta, a indústria enfrentou uma série de inquéritos, acordos legais¹³ e processos judiciais.¹²⁻¹⁴ Alguns as julgaram culpadas de envolvimento¹⁵ e outros pretendiam responsabilizá-las. Foi comprovado que todas as quatro maiores empresas de tabaco - British American Tobacco (BAT), Philip Morris International (PMI), Japan Tobacco International (JTI) e Imperial - e várias de suas subsidiárias eram cúmplices.¹⁶⁻¹⁸

Uma parte essencial da resposta internacional à má conduta da indústria do tabaco foi o desenvolvimento do artigo 15 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (FCTC) e, eventualmente, do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco (ITP).¹ Embora o ITP pretenda eliminar todas as formas de tabaco ilícito por meio de um pacote completo de medidas, ele se concentra particularmente em garantir a cadeia de suprimentos de produtos de tabaco legalmente fabricados usando um sistema eficaz de rastreamento.

Por que as empresas de tabaco seriam cúmplices no contrabando de tabaco? Pode parecer contraintuitivo, mas o contrabando de tabaco beneficia as empresas de tabaco de várias maneiras.^{3,19-21} A razão mais óbvia é que o tabaco é um produto altamente tributado e, portanto, se contrabandeado, as empresas de tabaco evitam pagar os impostos devidos - sejam impostos sobre consumo ou impostos de importação. Além disso, como o tabaco contrabandeado é muito mais barato do que o tabaco legal (já que não é tributado), as empresas de tabaco vendem mais. Em particular, elas vendem mais aos fumantes mais sensíveis ao preço, o que inclui crianças. Os documentos da indústria mostram que ela sabe que o tabaco barato é essencial para garantir que as crianças tenham acesso ao fumo.²²

Isso significa mais lucro, porque as empresas de tabaco ganham dinheiro quando vendem ao distribuidor e seu lucro por maço é o mesmo, independentemente de seus cigarros acabarem no mercado contrabandeado ou não. O tabaco ilícito também mina a eficácia das medidas de controle do tabaco que, de outra forma, reduziriam as vendas da indústria. Mais obviamente, ele mina a eficácia da tributação do tabaco, o meio mais eficaz de reduzir o uso do tabaco.²³

Mas o contrabando também prejudica outras medidas de controle do tabaco. Por exemplo, produtos contrabandeados geralmente não apresentam os avisos e imagens corretos de advertência de saúde.²⁴⁻²⁵

Essas motivações não mudaram, e há evidências crescentes de que, apesar de suas reivindicações muito públicas de ter mudado (ver parte 2), a indústria do tabaco, incluindo as grandes empresas, permanece envolvida e se beneficia

Uma parte essencial da resposta internacional à má conduta da indústria do tabaco foi o desenvolvimento do artigo 15 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (FCTC) e, mais tarde, do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco (ITP)

...e, portanto, têm um claro interesse em controlar o rastreamento do tabaco.

do comércio ilícito de tabaco. Análises independentes de diversos dados nos níveis global, regional e nacional mostram consistentemente que a maioria - aproximadamente dois terços - do mercado ilícito de cigarros é composta por cigarros da indústria do tabaco³ (ver mais abaixo²⁶).

A explicação mais favorável para a indústria do tabaco é que ela está falhando no controle de sua cadeia de suprimentos, com os produtos vazando para o mercado ilícito.

Isso pode assumir várias formas, incluindo excesso de oferta, subprodução e "round tripping". Por exemplo, as evidências mostram que as grandes empresas de tabaco têm superproduzido cigarros em alguns mercados (por exemplo, Ucrânia²⁷), sabendo que eles acabarão em canais ilícitos. Elas também continuam fornecendo em excesso para jurisdições de impostos mais baixos, com o produto sendo contrabandeado de volta para o país de destino, evitando assim impostos de consumo domésticos ("round tripping"). A BAT foi multada recentemente por isso.²⁸ Além disso, empresas de tabaco menores em alguns países africanos e no Paraguai estão agora igualmente envolvidas em tais práticas, em parte porque aprenderam com as grandes empresas de tabaco.³²⁹³⁰

As empresas de tabaco visam evitar a culpabilidade terceirizando a distribuição a terceiros. No entanto, documentos vazados da BAT também mostram que, em violação aos acordos legais firmados com a União Europeia, ela continuou usando um distribuidor conhecido por estar envolvido anteriormente em contrabando e que, como no passado, alguns desses cigarros acabavam no mercado ilícito e que os funcionários da BAT tentavam encobrir isso.³ É claro que a indústria do tabaco poderia controlar muito mais de perto seus distribuidores e cadeia de suprimentos, como fazem outras empresas de bens de consumo em rápida evolução, mas como o tabaco é um produto altamente tributado, parece que a indústria não deseja fazê-lo.

Outras evidências - de relatórios do governo³¹, delatores³², jornalistas investigativos²⁷ e documentos vazados da indústria³ - são mais contundentes e sugerem que as grandes empresas de tabaco estão mais ativamente envolvidas na facilitação do contrabando de seus produtos. Por exemplo, ex-funcionários da JTI descreveram "contrabando desenfreado"³² pela empresa em todo o Oriente Médio, Rússia, Moldávia e Balcãs. Documentos vazados mostram que a BAT suspeitava que a JTI estava facilitando o contrabando na África.³

O problema descrito acima - envolvimento contínuo da indústria do tabaco no contrabando de tabaco - seria resolvido por um sistema eficaz de rastreamento executado independentemente da indústria do tabaco. De fato, esse é o objetivo

..y, por lo tanto, tienen un interés especial en controlar el seguimiento y localización del tabaco

de tal sistema de rastreamento: controlar as cadeias de suprimentos das empresas de tabaco.

Dado o grande volume de produtos da indústria do tabaco atualmente no mercado ilícito, se esse sistema fosse implementado, as empresas de tabaco enfrentariam maiores pagamentos de impostos, multas e até a ameaça de outros litígios relacionados ao contrabando de tabaco. Além disso, uma vez que todos os cigarros de empresas de tabaco hoje vendidos no mercado ilegal sejam totalmente tributados, o consumo global de tabaco inevitavelmente diminuiria, diminuindo ainda mais os lucros da indústria.

A indústria, portanto, tem motivações claras para controlar e minar esse rastreamento. Alinhado a isso, documentos vazados da indústria mostram que ela teme tanto o custo quanto a falta de controle sobre os sistemas de rastreamento, particularmente os sistemas aprimorados de selo de imposto, administrados por outros.³³ Ceder o controle à indústria do tabaco prejudicaria fundamentalmente o protocolo de comércio ilícito e os esforços globais para reduzir o contrabando de tabaco.

Para conseguir isso, as grandes empresas de tabaco têm... usado dados enganosos e cobertura da imprensa para se apresentarem como vítimas do contrabando de tabaco, ao repetidamente falharem em controlar sua própria cadeia de suprimentos

Parte 2

Como as grandes empresas de tabaco têm procurado criar confusão e controlar sistemas de rastreamento

Muitos governos e agências reguladoras que trabalham para reduzir o contrabando de tabaco ficarão chocados com o que leram acima - que as grandes empresas de tabaco continuam envolvidas no contrabando e estão tentando minar o protocolo de comércio ilícito. Isso ocorre porque as empresas de tabaco fizeram um esforço conjunto para criar confusão. A partir do momento em que seu envolvimento no contrabando foi exposto no final dos anos 90, elas trabalharam para converter um desastre de relações públicas em uma possível história de sucesso. Apesar de serem o pária fornecedor de produtos ilícitos, elas alegaram que haviam mudado - que não são mais autoras, mas agora vítimas de novas formas de contrabando, principalmente falsificação. Elas agora argumentam que os governos não devem mais responsabilizá-las pelo contrabando e, em vez disso, devem trabalhar em parceria com eles, o que muitos fazem agora por engano.³⁴

Documentos vazados da indústria ajudam a explicar esse plano, e pesquisas mostram como as grandes empresas de tabaco usaram seus vastos recursos³⁵ para controlar todos os aspectos desse debate e, assim, criar essa confusão.²¹⁹²¹

As grandes empresas de tabaco enfatizam continuamente os problemas das falsificações³⁶ e dos "brancos ilícitos"³⁷, porque estas são formas ilícitas pelas quais elas não são responsabilizadas e pelas quais seus negócios sofrem. As falsificações são produtos que ostentam grandes marcas comerciais sem o consentimento da indústria. Os brancos ilícitos, mais precisamente conhecidos como "brancos baratos"³⁸, porque nem sempre são vendidos ilegalmente, são cigarros produzidos legalmente, geralmente por pequenos fabricantes, e vendidos mais barato - frequentemente, mas nem sempre, ilegalmente.

Branco barato é uma ameaça particular para os principais fabricantes de tabaco, porque, seja vendidos legal ou ilegalmente, geralmente são mais baratos e, portanto, tendem a prejudicar suas vendas.³⁸

É verdade que a natureza do comércio ilícito mudou desde que as empresas de tabaco foram pegadas no final dos anos 90. No passado, o mercado ilícito de tabaco era inteiramente composto por produtos da grande indústria do tabaco. Agora, também inclui esses outros produtos. No entanto, também está claro que a indústria do tabaco exagera esses problemas para se pintar como vítima de contrabando. A realidade é que as falsificações e os brancos baratos representam uma pequena proporção do mercado ilícito de cigarros em comparação aos produtos da indústria do tabaco. Conforme descrito acima, os ilícitos da indústria do tabaco compreendem de 60% a 70% do mercado ilícito. Em contraste, estima-se que os produtos falsificados representem apenas 5% a 8% e que os brancos baratos estejam entre um quinto e um terço, dependendo do conjunto de dados.³

A situação com os brancos baratos é ainda mais complexa, com evidências de que as grandes empresas de tabaco podem estar envolvidas e, portanto, serem responsáveis por uma proporção ainda maior do mercado ilícito de cigarros do que os dados acima sugerem. Por exemplo, na União Europeia, relatórios encomendados pela indústria do tabaco rotularam repetidamente a marca "Classic" (repetidamente uma das marcas mais apreendidas no mercado ilícito)

As grandes empresas de tabaco apoiaram suas alegações enganosas sobre a proeminência de cigarros falsificados e ilícitos financiando e promovendo dados e relatórios falsificados sobre o comércio ilícito de tabaco

como marca branca ilícita. De fato, a Classic era uma marca da Imperial Tobacco sendo fabricada na Ucrânia.^{3,39} Alinhado a isso, pesquisas também sugerem que as grandes empresas de tabaco são proprietárias de algumas marcas brancas baratas. Por exemplo, a marca Premier pertence, no Peru, a uma subsidiária da BAT, na Rússia, a uma subsidiária da JTI, e, no Uruguai, a uma subsidiária da PMI³⁸. Mesmo onde as grandes empresas de tabaco não estão envolvidas, as evidências indicam que os fabricantes de cigarros brancos baratos aprenderam efetivamente seu comércio com as grandes empresas de tabaco.²⁹

As grandes empresas de tabaco apoiaram suas alegações enganosas sobre a proeminência de cigarros falsificados e ilícitos financiando e promovendo dados e relatórios falsificados sobre o comércio ilícito de tabaco. De pesquisas em pequena escala⁴⁰ a relatórios das principais empresas de contabilidade do mundo⁴¹⁻⁴³, a indústria do tabaco agora controla a maioria dos dados sobre o contrabando de tabaco e usa esses dados para gerar cobertura da mídia enganosa e alarmista.⁴⁴ Uma revisão sistemática recente mostra que os dados que a indústria financia rotineiramente exageram o nível de ilícitos.⁴

Também está claro que as empresas de tabaco, reconhecendo sua falta de credibilidade nessa área, pagam a outros - geralmente ex-policiais - para espalhar sua mensagem na mídia.^{8,40} Documentos vazados da indústria se referem a esses indivíduos e organizações como "mensageiros da mídia"⁸ e "a voz de credibilidade para o tabaco de contrabando"⁴⁵ e indicam que a BAT usa esses terceiros para garantir que tenha "uma voz nos fóruns de políticas internacionais".⁴⁶

Esses esforços significam que as grandes empresas de tabaco já dominam o debate sobre o ilícito. O lançamento do PMI Impact pela PMI em 2016 - uma iniciativa de financiamento de US\$ 100 milhões para projetos relacionados ao comércio ilícito⁴⁷ - está piorando ainda mais esse problema, principalmente porque os 32 primeiros beneficiários do financiamento (totalizando aproximadamente US\$ 28 milhões) incluem organizações como KPMG, Oxford Economics e Transcrime, cujos relatórios anteriores para a indústria do tabaco foram amplamente criticados.^{4,48-51}

As empresas de tabaco combinam os dados e as narrativas criadas acima com outros esforços de relações públicas para criar mais confusão pública e se associarem aos governos como parceiras na redução do comércio ilícito. Esses esforços incluem, em **nível nacional**:

- Treinamento da patrulha de fronteira e funcionários da alfândega⁵²
- Financiamento de cães farejadores⁵³
- Compartilhamento de dispositivos de rastreamento (colocados ilegalmente nos veículos de concorrentes da BAT) com as autoridades para permitir ataques ilícitos de tabaco a essas concorrentes⁵⁴
- Promoção de memorandos de entendimento ineficazes junto a agências fiscalizadoras e alfandegárias.³⁴

...se apresentaram como a solução para o problema, apesar das crescentes evidências de que o oposto é verdadeiro

...confundiram o público sobre os impulsionadores do contrabando de tabaco

...tentaram obter o controle do rastreamento do tabaco em todo o mundo, minando assim o Protocolo de Comércio Ilícito

Documentos vazados da indústria e outras evidências mostram que, na África, por exemplo, a BAT está pagando funcionários de pequenas empresas de tabaco concorrentes para obter dados sobre essas empresas que mostram que elas também estão envolvidas em atividades ilícitas. A BAT, por sua vez, compartilha esses dados com as autoridades fiscais para acusar outras empresas, ao mesmo tempo em que não divulga seu próprio envolvimento. Isso e os pagamentos vinculados aos funcionários dessas autoridades fiscais também ajudam a empresa a cair nas graças e pintá-la como vítima, e também como solução.³ Na África do Sul, esses esforços levaram à "captura regulatória" da BAT da Illicit Tobacco Task Team, a agência intergovernamental de combate ao contrabando de tabaco.⁵⁴

No **nível internacional**, as grandes empresas de tabaco têm financiado conferências de alto nível sobre ilícitos e as organizações internacionais de polícia e anticorrupção que devem responsabilizá-las. Em 2012, por exemplo, a PMI doou 15 milhões de euros à Interpol, a maior organização policial do mundo.⁵⁵ A PMI também está usando o PMI Impact (sua iniciativa de financiamento de US\$ 100 milhões)⁴⁷ para permitir que seus executivos se vinculem e estabeleçam credibilidade junto à Organização Mundial das Alfândegas, à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), à Europol e a várias agências das Nações Unidas, incluindo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Por exemplo, representantes de cada uma dessas organizações e várias outras se apresentaram em um evento do PMI Impact sobre comércio ilícito em 2017.⁵⁶ Coletivamente, isso criou mensagens públicas e uma poderosa rede de organizações que apoiam a posição enganosa da indústria sobre ilícitos.

Apesar de se beneficiarem do contrabando de tabaco, e continuarem sendo a principal fonte de cigarros contrabandeados, as grandes empresas de tabaco argumentam que as políticas de controle do tabaco são a causa-raiz⁵⁹ do comércio ilícito. Historicamente, as empresas de tabaco, ao orquestrar o contrabando de seus produtos, argumentavam que os impostos sobre o tabaco⁶⁰ levavam ao contrabando. Agora, a fim de desencorajar os países a implementarem políticas efetivas para reduzir o uso do tabaco, elas argumentam que quase todas⁶¹ as políticas de controle de tabaco levarão a aumentos no comércio ilícito. Na realidade, o contrabando é um problema multifacetado. Questões como corrupção, presença de redes criminosas, cumplicidade na indústria e fraca capacidade de fiscalização do governo são fatores importantes.⁶² Também está claro que as taxas de contrabando e tabagismo caíram em países que continuaram a implementar altos impostos sobre o tabaco em combinação com políticas eficazes de controle do tabaco, ao mesmo tempo em que responsabilizam a indústria.²¹

Pesquisas reuniram diversos conjuntos de documentos vazados da indústria para mostrar que as grandes empresas de tabaco, apesar de anos de animosidade, têm trabalhado em colaboração para obter o controle do sistema global de rastreamento no ITP, minando, assim, seu próprio objetivo e exigência de independência.^{3,6,33 63}

Esses documentos sugerem que sua estratégia envolve quatro elementos-chave: criar e promover seu próprio sistema de rastreamento, conhecido como Codentify; opor-se ativamente a sistemas alternativos baseados em selos fiscais para convencer os governos de que são inferiores ao Codentify; disfarçar seus vínculos com o Codentify, usando um número crescente de terceiros para promovê-lo e renomeando-o Inexto Suite; e, em suas próprias palavras, "moldar proativamente as regulações T & T" para permitir o exposto acima.^{3,6,33,64}

Aliança Transnacional de Combate ao Comércio Ilícito (TRACIT)

Uma das organizações presentes no evento do PMI Impact⁵⁶ é a Aliança Transnacional de Combate ao Comércio Ilícito. A TRACIT foi lançada em 2017, com o objetivo de criar cooperação entre empresas e governo no que diz respeito às respostas regulatórias ao comércio ilícito.⁵⁷ A PMI é membro, e recebeu patrocínio de pesquisa da BAT, JTI e PMI, incluindo financiamento do PMI Impact.⁵⁷

A TRACIT representou os interesses da indústria no nível do governo em países de várias regiões, incluindo Ásia, América Latina, Europa, Oriente Médio e África⁵⁷ e, em 2019, co-organizou uma reunião sobre comércio ilícito em parceria com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.⁵⁸ A TRACIT é, portanto, um exemplo do patrocínio da indústria do tabaco a terceiros, que produzem pesquisas sobre comércio ilícito, bem como do uso da indústria de terceiros para caírem nas graças dos governos como parceiras na redução do comércio ilícito.

O Codentify foi desenvolvido inicialmente pela PMI como um sistema de autenticação não seguro para determinar se um produto é autêntico ou falsificado e, posteriormente, adaptado para uso como um sistema digital de verificação de impostos. Especialistas, incluindo insiders da indústria do tabaco, o criticaram como um mecanismo ineficiente⁶⁵ e ineficaz⁶⁴ de rastreamento. Apesar disso, várias fontes⁶⁶ afirmam que a tecnologia Codentify foi usada em 50 a 100 países em todo o mundo. Dados os níveis de comércio ilícito da indústria do tabaco detalhados acima, isso por si só deve sinalizar que o Codentify é ineficaz.

Em 2008, começaram as negociações para o ITP. Em 2010, a PMI licenciou o Codentify gratuitamente para seus principais concorrentes que, em troca, concordaram em trabalhar coletivamente para promover Codentify para os governos.⁶ Em 2011, formaram a Digital Coding and Tracking Association⁶⁷ para executar esse papel. Este foi o primeiro de muitos terceiros que a indústria usou para obter o controle do rastreamento.³

Em 2016, depois que a Digital Coding and Tracking Association foi exposta como um grupo de fachada da indústria do tabaco⁶, a PMI vendeu o Codentify (por, supostamente, apenas 1 franco suíço³) para uma empresa de tecnologia recém-criada chamada Inexto, e afirmou⁶⁸ que "a Inexto é totalmente independente da indústria do tabaco". No entanto, vários dos principais executivos da Inexto são ex-funcionários da PMI e co-criadores do Codentify³, e os últimos documentos vazados^{69,70} mostram que a Inexto permaneceu financeira e operacionalmente ligada à indústria do tabaco por pelo menos 17 meses após a venda do Codentify, sem evidências de que a independência já foi estabelecida ou foi a intenção em algum momento.³³ Em vez disso, as principais empresas de tabaco se reuniam regularmente com a Inexto e a utilizavam como parte de seus esforços conjuntos para influenciar o sistema de rastreamento da UE.³³ Há evidências de que a Inexto também vem promovendo os interesses da indústria do tabaco para governos de outros lugares. Por exemplo, os últimos documentos vazados descrevem os planos da Inexto de apresentar uma "proposta da indústria" em uma reunião regional de 2017 da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).⁷⁰

As empresas de tabaco também estão usando outros terceiros em suas tentativas de ganhar e influenciar licitações de rastreamento. Em 2012, por exemplo, a British American Tobacco (BAT) usou uma empresa dinamarquesa, a Fracturecode (que um ex-funcionário da BAT alegou que era "paga" pela BAT), em uma tentativa fracassada⁷¹ de promover o Codentify no Quênia. Em 2017, a Atos (envolvida no desenvolvimento do Codentify³) apresentou uma proposta²¹ para uma licitação de rastreamento no Chile, oferecendo a implementação da solução da Inexto.^{21,72} Mais recentemente, em maio de 2019, a Atos e a Inexto estavam presentes em uma sessão de briefing para possíveis licitantes sobre um sistema de rastreamento na África do Sul.⁷³

À luz das crescentes evidências do envolvimento contínuo da indústria do tabaco em atividades ilícitas e sua relutância em controlar sua cadeia de suprimentos, é muito preocupante a evidência de que ela também está buscando controlar os sistemas de rastreamento. Isso deixaria as principais empresas de tabaco capazes de continuar com essas práticas sem escrutínio externo, evitando pagamentos de impostos e, assim, minando fundamentalmente o ITP.

Parte 3:

O que vem a seguir, o que funciona e o que os governos podem fazer?

O que vem a seguir?

Os governos devem continuar em alerta. Pode-se esperar que as grandes empresas de tabaco:

- Mudem o nome de seu produto de rastreamento - já alterado de Codentify para Inexto Suite. Outras alterações são possíveis.
- Adaptem seu produto para atender a requisitos de licitações, mesmo que estas tenham sido projetadas para excluir sistemas vinculados à indústria.
- Continuem usando seus terceiros existentes e criem novos terceiros para promover seu sistema de rastreamento digital.

Portanto, identificar os mais recentes grupos de fachada, porta-vozes, empresas vinculadas ou coalizões da indústria se tornará cada vez mais difícil.

O que os governos podem fazer?

Sobre rastreamento

1. Os governos devem garantir que sua implementação do ITP, incluindo um sistema de rastreamento, esteja totalmente de acordo com o Artigo 5.3 da FCTC e o requisito dentro do ITP de que as obrigações atribuídas a uma parte "não sejam cumpridas ou delegadas à indústria do tabaco."^{1*} Isso exige que os governos rejeitem qualquer sistema de rastreamento baseado no Codentify ou em propriedade intelectual atualmente ou anteriormente pertencente a uma das grandes empresas de tabaco.³ Para isso, as partes devem:
 - a. rejeitar quaisquer parcerias e financiamento, treinamento ou outros insumos da indústria do tabaco e aqueles que trabalham com ela em relação a sistemas de rastreamento e políticas comerciais ilícitas em geral.
 - b. exigir total transparência ao licitar, contratar e implementar sistemas de rastreamento. As partes devem especificamente:
 - i. exigir a divulgação total dos conflitos de interesses de todas as organizações envolvidas, incluindo as que respondem a licitações e envolvidas em todos os elementos de fornecimento, instalação e entrega. Isso inclui provedores de armazenamento de dados, provedores de identificadores únicos, fornecedores de dispositivos antiadulteração e aqueles que auditam o sistema.
 - ii. insistir que esta divulgação cubra detalhes de (i) vínculos com empresas de tabaco, com a Digital Coding and Tracking Association e com o Inexto, (ii) qualquer papel que possam ter desempenhado no desenvolvimento do Codentify e seus derivados; e (iii) participação em qualquer organização comercial
 - c. garantir que nenhuma organização com vínculos com a indústria do tabaco ou envolvida no desenvolvimento do Codentify ou Inexto Suite esteja envolvida no fornecimento, instalação, entrega ou auditoria de qualquer elemento do sistema de rastreamento, garantindo que

esses elementos sejam fornecidos por organizações independentes da indústria do tabaco.

- d. em linha com o exposto acima, garantir que a indústria do tabaco não possa selecionar organizações que fornecerão elementos de um sistema de rastreamento, incluindo fornecedores de sistemas de armazenamento de dados e dispositivos antiadulteração, geradores de identificadores únicos e auditores.
 - e. investigar qualquer organização que promova rastreamento digital (também conhecido como sistema digital de verificação de impostos) para verificar vínculos com a indústria do tabaco. O primeiro passo mais simples é verificar o nome da organização no site **www.TobaccoTactics.org** da Universidade de Bath. Se as preocupações persistirem, o governo deve investigar mais a fundo e, se necessário, entrar em contato com a equipe da Universidade de Bath por email ou comunicação segura no site exposetobacco.org.
 - f. garantir que contratos de sistemas de rastreamento possam ser cancelados mediante evidência do envolvimento da indústria do tabaco em qualquer um dos aspectos descritos acima.
2. Os governos devem garantir que eles ou a autoridade competente designada mantenham o controle direto de seu sistema de rastreamento através de suas relações contratuais e modelo de governança. Isso inclui controle contratual direto sobre quaisquer provedores de serviços, incluindo direitos com tais contratos em relação aos níveis de serviço e soluções a serem aplicadas se o sistema for comprometido ou se for considerado que o prestador de serviços não teve um desempenho adequado, foi negligente ou teve conluio com a indústria do tabaco. Orientações detalhadas para as partes sobre como desenvolver um sistema independente e eficaz de rastreamento consistente com o ITP estão disponíveis no Guia ITP da Aliança da Convenção-Quadro.

3. Os governos também devem procurar incluir os seguintes elementos técnicos importantes em seus sistemas de rastreamento:

- a. Utilização, sempre que possível, de padrões internacionais geralmente aceitos relativos à segurança do rastreamento.*
- b. Componentes da solução de fornecedores independentes, como identificadores únicos que diferenciam produtos (por exemplo, códigos de barras), recursos de segurança que determinam se um produto é genuíno (por exemplo, hologramas, micropartículas, etiquetas moleculares), dispositivos antiadulteração que estabelecem a segurança do sistema no ambiente de fabricação (por exemplo, câmeras, selos, contadores) e dispositivos de autenticação (por exemplo, leitores especializados, aplicativos para

telefones móveis, etc.) que permitem às autoridades competentes verificar a autenticidade dos identificadores únicos e recursos de segurança.

- c. Recursos de segurança projetados para impedir a falsificação/imitação, semelhantes aos usados para carimbos de imposto, passaportes e cédulas de dinheiro, sujeitos a rigorosos controles de fabricação e cadeia de suprimentos.
4. Os governos não devem tomar o sistema da União Europeia como um exemplo de boas práticas devido às evidências da influência da indústria em seu desenvolvimento,³³ o fato de fornecedores de soluções para a indústria do tabaco de longa data terem sido aprovados para implementar o sistema, e a preocupação de que a UE designa responsabilidades importantes para a indústria que podem** violar os requisitos de independência do ITP.³³⁷⁴
 5. As partes, em particular os países pequenos, devem considerar cooperar como grupos regionais durante o processo de licitação, possivelmente por meio de organizações regionais de integração econômica. Isso permitiria a elas reunir recursos e melhorar sua posição de negociação, além de ajudar a reduzir as chances de a indústria do tabaco capturar o sistema.

No ITP, de maneira mais geral:

6. As partes devem se lembrar de que têm até 2023 para ter seus sistemas de rastreamento operacionais. Os países preocupados com a interferência da indústria do tabaco devem, portanto, comparecer à segunda reunião das partes (MOP2) e pedir ajuda, em vez de contratarem um sistema que a indústria possa controlar.

7. **As partes devem lembrar que, embora o rastreamento seja um elemento crucial na luta contra o comércio ilícito, não é uma solução mágica.** O ITP também destaca a importância de controles efetivos da aplicação da lei e das fronteiras, e estes também serão essenciais para a operação eficaz de um sistema de rastreamento. Investir nessas áreas antes da implementação do rastreamento seria, portanto, sensato. Conforme observado na recomendação 1 acima, é essencial garantir independência em relação à indústria do tabaco em todas as áreas.⁸
8. **As partes do ITP devem trabalhar com o Secretariado da Convenção-Quadro para estabelecer relações de trabalho com organizações intergovernamentais relevantes** (incluindo Organização Mundial das Alfândegas, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e Interpol) que têm um papel a desempenhar nessa área. No entanto, é vital, dadas as tentativas da indústria do tabaco de cooptar essas organizações, que o Artigo 5.3 seja respeitado na operacionalização desses relacionamentos.

Principais mensagens

- Evidências crescentes indicam que a indústria do tabaco continua envolvida no contrabando de tabaco e, portanto, tem interesse em influenciar qualquer sistema de rastreamento que monitore e controle seu suprimento, a fim de evitar o escrutínio e minimizar os pagamentos de impostos de consumo.
- As tentativas da indústria do tabaco de influenciar os sistemas de rastreamento tornaram-se cada vez mais dissimuladas, com foco no uso de terceiros com vínculos não revelados com a indústria para influenciar processos de aquisição de rastreamento e medidas políticas.
- Nenhum governo deve implementar um sistema de rastreamento vinculado de qualquer forma à indústria do tabaco ou àqueles que operam em seu nome. Isso inclui sistemas baseados em propriedade intelectual atualmente ou anteriormente pertencente a uma empresa de tabaco. Por esse motivo, fornecedores que respondem a licitações de rastreamento devem ser investigados atentamente quanto a vínculos com a indústria do tabaco e rejeitados, caso tais vínculos sejam encontrados.
- Os governos devem garantir que mantenham controle total sobre qualquer sistema de rastreamento, incluindo controle contratual direto sobre qualquer prestador de serviços (ou seja, os contratos devem ser entre os prestadores de serviços e governos ou autoridades governamentais, e não entre prestadores de serviços e a indústria do tabaco).

*Por exemplo: ISO 12931:2012 (que detalha um processo para identificar recursos de segurança apropriados para várias circunstâncias), ISO 22382:2018 (que fornece orientação em relação à implementação de selos fiscais e programas de rastreamento de produtos sujeitos a impostos de consumo) e ISO/IEC 15459-1&4:2014 (que dizem respeito à geração de identificadores únicos e agregação entre várias unidades de embalagem, como maços, caixas, etc.)

**Detalhes do debate entre a Aliança da Convenção-Quadro e a Comissão Europeia sobre esse assunto estão disponíveis aqui: <https://www.fctc.org/update-re-fcas-policy-brief-why-the-eu-tracking-and-tracing-system-works-only-for-the-eu>

Agradecimientos y Autoría

Stopping Tobacco Organizations and Products (STOP) es un organismo de control mundial de la industria tabacalera cuya misión es exponer las estrategias y tácticas de la industria tabacalera que socavan la salud pública. STOP está financiado por Bloomberg Philanthropies (www.bloomberg.org) y es una asociación entre The Global Center for Good Governance in Tobacco Control, The Tobacco Control Research Group de la Universidad de Bath, el Departamento de Control del Tabaco de La Unión y Vital Strategies.

Este informe fue preparado por Allen Gallagher y Anna Gilmore con aportes adicionales de Andy Rowell y Tom Hird, todos del Tobacco Control Research Group de la Universidad de Bath. Agradecen la revisión y los aportes de Francis Thompson y Mischa Terzyk de la Alianza de la Convención Marco y Michael Eads de Sovereign Border Solutions. Fue diseñado por Vital Strategies.

Tobacco Tactics

Our rigorously-sourced profiles of the key players, organisations, allies and techniques of the tobacco industry make Tobacco Tactics a vital resource. Learn more at www.exposetobacco.org/tobaccotactics

STOP's Rapid Engaged Action Team (REACT)

REACT provides tobacco industry monitoring, research, expertise in industry arguments and strategic communication, customized to the local context. Learn more at www.exposetobacco.org/react



Acknowledgements and Authorship

Stopping Tobacco Organizations and Products (STOP) is a global tobacco industry watchdog whose mission is to expose the tobacco industry strategies and tactics that undermine public health. STOP is funded by Bloomberg Philanthropies (www.bloomberg.org) and is a partnership between The Global Center for Good Governance in Tobacco Control, The Tobacco Control Research Group at the University of Bath, International Union Against Tuberculosis and Lung Disease and Vital Strategies. This brief was prepared for STOP by The Tobacco Control Research Group at the University of Bath.



REFERENCIAS

- [1] World Health Organization. Protocol to Eliminate Illicit Trade in Tobacco Products. 2013. Available: www.who.int/fctc/protocol/illicit_trade/protocol-publication/en (accessed 21 Jan 2018).
- [2] Evans-Reeves K, Rowell A. Tobacco industry rallies against illicit trade - but have we forgotten its complicity? 2015. Available: theconversation.com/tobacco-industry-rallies-against-illicit-trade-but-have-we-forgotten-its-complicity-38760 (accessed 23 April 2015).
- [3] Gilmore AG, Gallagher, A.W.A., Rowell, A. Tobacco industry's elaborate attempts to control a global track and trace system and fundamentally undermine the Illicit Trade Protocol. *Tobacco Control* 2019;28:127-140.
- [4] Gallagher AWA, Evans-Reeves KA, Hatchard JL, et al. Tobacco industry data on illicit tobacco trade: a systematic review of existing assessments. *Tobacco Control* 2018;tobaccocontrol-2018-054295. doi:10.1136/tobaccocontrol-2018-054295.
- [5] Gilmore AB, Rowell A. The Tobacco industry's latest scam: How Big Tobacco is still facilitating tobacco smuggling, while also attempting to control a global system designed to prevent it. 19 June 2018. Available: blogs.bmj.com/tc/2018/06/19/the-tobacco-industrys-latest-scam-how-big-tobacco-is-still-facilitating-tobacco-smuggling-while-also-attempting-to-control-a-global-system-designed-to-prevent-it/ (accessed 01/09/2019).
- [6] Joossens L, Gilmore AB. The transnational tobacco companies' strategy to promote Codentify, their inadequate tracking and tracing standard. *Tobacco Control* 2014;23(E1):E3-E6. doi:10.1136/tobaccocontrol-2012-050796.
- [7] International Anti-Corruption Academy (IACA). Philip Morris International Contributes 55,000 EUR. 2013. Available: www.iaca.int/245-philip-morris-international-contributes-55-000-eur (accessed 01 October 2014).
- [8] Tobacco Control Research Group. Will O'Reilly. *TobaccoTactics.org*: University of Bath. Last modified: 27 Feb 2017. Available: tobaccotactics.org/index.php/Will_O%27s80%99Reilly (accessed 07 Nov 2017).
- [9] Joossens L, Raw M. Cigarette smuggling in Europe: who really benefits? *Tobacco Control* 1998;7(1):66-71. doi:10.1136/tc.7.1.66.
- [10] Nakkash R, Lee K. Smuggling as the "key to a combined market": British American Tobacco in Lebanon. *Tobacco Control* 2008;17:324-331.
- [11] Collin J, LeGresley E, MacKenzie R, et al. Complicity in contraband: British American Tobacco and cigarette smuggling in Asia. *Tobacco Control* 2004;13:104-111. doi:10.1136/tc.2004.009357.
- [12] Action on Smoking and Health. Racketeering legal action (RICO) against tobacco companies for smuggling 2002. Available: web.archive.org/web/20130616050249/http://www.ash.org.uk/files/documents/ASH_578.pdf (accessed 01 September 2019).
- [13] OLAF. Tobacco smuggling. 2018. Available: ec.europa.eu/anti-fraud/investigations/eu-revenue/cigarette_smuggling_en (accessed 01 September 2019).
- [14] Beltrame J, Fairclough G. Canada sues R.J. Reynolds Tobacco for \$1 billion, Alleges smuggling plot. 22 Dec 1999. Available: www.wsj.com/articles/SB94579377624800941 (accessed 06 Nov 2017).
- [15] CBC News. Tobacco firms to pay \$550M over smuggling case. 13 April 2010. Available: www.cbc.ca/news/canada/tobacco-firms-to-pay-550m-over-smuggling-1.902510 (accessed 25 Jul 2017).
- [16] Dowd A. Firms settle Canadian cigarette smuggling case. 13 April 2010. Available: www.reuters.com/article/canada-us-rjreynolds-settlement-idCATRE63C3WC20100413 (accessed 04 October 2019).
- [17] Committee of Public Accounts. Third Report: Tobacco Smuggling. HC 143. 2003.
- [18] Gallagher A, Gilmore, A. . Big Tobacco is consistently overstating black market in cigarettes - new findings. 23 August 2018. Available: theconversation.com/big-tobacco-is-consistently-overstating-black-market-in-cigarettes-new-findings-101931 (accessed 3 March 2019).
- [19] Gilmore AB, Fooks G, Drope J, et al. Exposing and addressing tobacco industry conduct in low-income and middle-income countries. *The Lancet* 2015;385(9972):1029-1043. doi:10.1016/S0140-6736(15)60312-9.
- [20] IARC. IARC Handbooks of Cancer Prevention: Tobacco Control. Volume 14. Effectiveness of Price and Tax Policies for Control of Tobacco. Lyon, France: International Agency for Research on Cancer, 2011.
- [21] World Bank Group. Confronting Illicit Tobacco Trade: A Global Review of Country Experiences. January 2019,. Available: documents.worldbank.org/curated/en/677451548260528135/pdf/133959-REPL-PUBLIC-6-2-2019-19-59-24-WBG_Tobacco_Illicit_Trade_FINAL_web.pdf (accessed 28 May 2019).
- [22] Chaloupka FJ, Cummings KM, Morley C, et al. Tax, price and cigarette smoking: evidence from the tobacco documents and implications for tobacco company marketing strategies. *Tob Control* 2002;11(suppl 1):i62-i72. doi:10.1136/tc.11.suppl_1.i62.
- [23] National Cancer Institute WHO. The Economics of Tobacco and Tobacco Control. 2016.
- [24] Campbell D. Smuggled tobacco is a source of ill-health on the cheap. 10 February 2010. Available: www.theguardian.com/society/2010/feb/10/illegal-tobacco-health-smuggling-liverpool (accessed 04 October 2019).
- [25] Illicit Tobacco Partnership. What is illegal tobacco? undated. Available: www.illicit-tobacco.co.uk/problem/illicit-tobacco (accessed 04 October 2019).
- [26] Tobacco Control Research Group. Smuggling. Last modified: 10 May 2013. Available: tobaccotactics.org/index.php/Tobacco_Smuggling (accessed 21 January 2015).
- [27] Lavrov V. Ukraine's 'Lost' Cigarettes Flood Europe: Big tobacco's overproduction fuels \$2 billion black market. 30 May 2009. Available: www.icij.org/investigations/tobacco-underground/ukraines-lost-cigarettes-flood-europe/ (accessed 06 Nov 2017).
- [28] BBC News. HMRC fines cigarette maker for oversupplying Belgium. 13 Nov 2014. Available: www.bbc.co.uk/news/business-30038328 (accessed 5 Jan 2017).
- [29] Iglesias RM, Gomis B, Carrillo Botero N, et al. From transit hub to major supplier of illicit cigarettes to Argentina and Brazil: the changing role of domestic production and transnational tobacco companies in Paraguay between 1960 and 2003. *Global Health* 2018;14(1):111. doi:10.1186/s12992-018-0413-2.
- [30] Gomis B, Lee K, Carrillo Botero N, et al. "We think globally": the rise of Paraguay's Tabacalera del Este as a threat to global tobacco control. *Global Health* 2018;14(1):110. doi:10.1186/s12992-018-0412-3.
- [31] Public Accounts Committee. HM Revenue & Customs: Progress in tackling tobacco smuggling: summary. 10 Oct 2013. Available: publications.parliament.uk/pa/cm201314/cmselect/cmpubacc/297/29703.htm (accessed 1 Jan 2017).
- [32] Holland J, Jovanovic B, Dojcinovic S. Big trouble at Big Tobacco. 2011. Available: http://www.reportingproject.net/troubles_with_big_tobacco (accessed 18 Nov 2011).
- [33] Gallagher AWA, Gilmore AB, Eads M. Tracking and tracing the tobacco industry: potential tobacco industry influence over the EU's system for tobacco traceability and security features. *Tobacco Control* 2019;tobaccocontrol-2019-055094. doi:10.1136/tobaccocontrol-2019-055094.
- [34] Crosbie E, Bialous S, Glantz SA. Memoranda of understanding: a tobacco industry strategy to undermine illicit tobacco trade policies. *Tobacco Control* 2019;tobaccocontrol-2018-054668. doi:10.1136/tobaccocontrol-2018-054668.
- [35] Branston JR, Gilmore AB. The failure of the UK to tax adequately tobacco company profits. *Journal of Public Health* 2019. doi:10.1093/pubmed/fdz004.
- [36] British American Tobacco. Illegal tobacco trade: a growing black market. n/a. Available: www.bat.com/theman# (accessed 17 October 2016).
- [37] Japan Tobacco International. Tracing Back the Source of Illegal Tobacco. undated. Available: web.archive.org/save/https://www.jti.com/our-views/tracing-back-source-illegal-tobacco (accessed 01 September 2019).
- [38] Ross H, Vellios N, Clegg Smith K, et al. A closer look at 'Cheap White' cigarettes. *Tobacco Control* 2016;25(5):527-531. doi:10.1136/tobaccocontrol-2015-052540.
- [39] European Parliament D-GfIP. WORKSHOP Cigarette Smuggling, Briefing Papers. 2014. Available: www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201401/20140116ATT77675/20140116ATT77675EN.pdf (accessed 02 September 2019).
- [40] Evans-Reeves K, Hatchard J, Rowell A, et al. The illicit tobacco trade is 'booming': UK newspaper coverage of data fundings by Transnational Tobacco Companies. *Tobacco Control*. In press.
- [41] Gilmore AB. Towards a greater understanding of the illicit tobacco trade in Europe: a review of the PMI funded 'Project Star' report. *Tob Control* 2014;23(e1):e51-61. doi:10.1136/tobaccocontrol-2013-051397.

- [42] Quit Victoria, Cancer Council Victoria. Illicit trade of tobacco in Australia. A report prepared by Deloitte for British American Tobacco Australia Limited, Philip Morris Limited and Imperial Tobacco Australia Limited: A critique prepared by Quit Victoria. May 2012. Available: www.cancervic.org.au/downloads/plainfacts/CritiqueDeloitte_May_2012_Update_.pdf (accessed 06 Nov 2017).
- [43] PriceWaterhouseCoopers. Australia's illegal tobacco market - counting the cost of Australia's black market. 2010. Available: www.tobaccotactics.org/images/0/09/100201_-_Price_Waterhouse_Cooper%27s_-_pwc_report.pdf (accessed 06 Nov 2017).
- [44] Rowell A, Evans-Reeves K, Gilmore AB. Tobacco industry manipulation of data on and press coverage of the illicit tobacco trade in the UK. *Tobacco Control* 2014;23:e35-e43. doi:10.1136/tobaccocontrol-2013-051397.
- [45] Imperial Tobacco Canada. CORA AIT Strategy: Raising Public Awareness & Demanding Government Action. Aug 2012.
- [46] British American Tobacco (Holdings) Limited. Illicit Trade: examining the problem and advocating solutions. February 2010.
- [47] Tobacco Control Research Group. PMI IMPACT. *TobaccoTactics.org*:University of Bath. Last modified: 26 Oct 2017. Available: www.tobaccotactics.org/index.php?title=PMI_IMPACT (accessed 06 Nov 2017).
- [48] Fooks G, Peeters S, Evans-Reeves K. Illicit trade, tobacco industry-funded studies and policy influence in the EU and UK. *Tobacco Control* 2014;23:81-83.
- [49] Quit Victoria, Victoria Cancer Council. Analysis of KPMG LLP report on use of illicit tobacco in Australia. Victoria: Quit Victoria, Cancer Council. 11 November 2013, updated March 2014.
- [50] South East Asia Tobacco Control Alliance. Asia-11 Illicit Tobacco Indicator 2012. More myth than fact. A critique by SEATCA. Jun 2014. Available: seatca.org/dmdocuments/ITIC%20report_More%20Myth%20than%20Fact_2%20July%202014.pdf (accessed 01 Oct 2014).
- [51] South East Asia Tobacco Control Alliance. Failed: A Critique of the ITIC/OE Asia-14 Illicit Tobacco Indicator 2013. 20 May 2015. Available: seatca.org/dmdocuments/Asia%2014%20Critique_Final_20May2015.pdf (accessed 07 Nov 2017).
- [52] Philip Morris International. Sustainability Report 2018. 2018. Available: www.pmi.com/resources/docs/default-source/pmi-sustainability/pmi-sustainability-report-2018-low-res.pdf?sfvrsn=cada91b5_4 (accessed 02 September 2019).
- [53] Williams C. Councils urged to reject tobacco industry money. 3 September 2014. Available: <https://web.archive.org/web/20140908134955/http://www.ehn-online.com/news/article.aspx?id=12474> (accessed 11 March 2019).
- [54] Van Loggerenberg JV. Tobacco Wars: Inside the spy games and dirty tricks of southern africa's cigarette trade. Cape Town: Tafelberg. 2019.
- [55] Tobacco Control Research Group. Interpol. *tobaccoTactics.org*. Last Modified: 10 July 2018. Available: tobaccotactics.org/index.php?title=INTERPOL (accessed 02 September 2019).
- [56] Financial Times Live. Combatting Illicit Trade: Progress, Challenges and Collaborative Solutions. 27-28 Oct 2017. Available: live.ft.com/Events/2017/Combating-Illicit-Trade (accessed 23 Nov 2017).
- [57] Tobacco Control Research Group. TRACIT. *Tobaccotactics.org*. Last modified: 25 October 2019. Available: www.tobaccotactics.org/index.php?title=TRACIT (accessed 25 October 2019).
- [58] (UNCTAD) UNCoTaD. Dialogue on Illicit Trade and the Sustainable Development Goals. undated. Available: unctad.org/en/Pages/MeetingDetails.aspx?meetingid=2182 (accessed 25 October 2019).
- [59] Tobacco Control Research Group. Tobacco Industry Arguments Against Taxation. *TobaccoTactics.org*. Last modified: 30 May 2012. Available: www.tobaccotactics.org/index.php/Tobacco_Industry_Arguments_Against_Taxation (accessed 02 September 2019).
- [60] Smith KE, Savell E, Gilmore AB. What is known about tobacco industry efforts to influence tobacco tax? A systematic review of empirical studies. *Tobacco Control* 2013;22(2):144-153. doi:10.1136/tobaccocontrol-2011-050098.
- [61] Ulucanlar S, Fooks GJ, Gilmore AB. The Policy Dystopia Model: An Interpretive Analysis of Tobacco Industry Political Activity. *PLoS Med* 2016;13(9):e1002125. doi:10.1371/journal.pmed.1002125.
- [62] Joossens L, Merriman D, Ross H, et al. How Eliminating the Global Illicit Cigarette Trade Would Increase Tax Revenue and Save Lives. Paris 2009.
- [63] Joossens L. Traceability: the tobacco industry is part of the problem, not the solution. *Tobacco Control* 2019;28(2):121. doi:10.1136/tobaccocontrol-2018-054352.
- [64] Tobacco Control Research Group. Codentify. *TobaccoTactics.org*. Last modified: 06 Sep 2017. Available: www.tobaccotactics.org/index.php?title=Codentify (accessed 23 Nov 2017).
- [65] Ross H, Eads M, Yates M. Why governments cannot afford Codentify to support their track and trace solutions. *Tobacco Control* 2018.
- [66] Gilmore AG G, A.W.A., Rowell, A., Appendix 1: Countries that have used Codentify. 2018. Available: tobaccocontrol.bmj.com/content/tobaccocontrol/early/2018/06/13/tobaccocontrol-2017-054191/DC1/embed/inline-supplementary-material-1.pdf?download=true (accessed 2 April 2019).
- [67] Tobacco Control Research Group. Digital Coding & Tracking Association (DCTA). *TobaccoTactics.org*. Last modified: 19 July 2018. Available: [tobaccotactics.org/index.php?title=Digital_Coding_%26_Tracking_Association_\(DCTA\)](http://tobaccotactics.org/index.php?title=Digital_Coding_%26_Tracking_Association_(DCTA)) (accessed 8 May 2019).
- [68] Teffer P. Big Tobacco suspected of dodging EU anti-smuggling rules. 21 Jun 2016. Available: euobserver.com/economic/133899 (accessed 07 Nov 2017).
- [69] Operational Management Committee + Inexto. Conference call 7 November, 2017: Agenda & Notes 7 November 2017.
- [70] Operational Management Committee + Inexto. Conference call 2 October, 2017: Agenda & Notes 2 October 2017.
- [71] Tobacco Control Research Group. Kenya- BAT's Tactics to Influence Track and Trace Tender. *TobaccoTactics.org*. Last modified: 19 July 2018. Available: www.tobaccotactics.org/index.php?title=Kenya_BAT%27s_Tactics_to_Influence_Track_and_Trace_Tender (accessed 02 September 2019).
- [72] Paraje G, Gallagher AWA. Personal correspondence with Guillermo Paraje. 11 July 2019.
- [73] South African Revenue Service. Non-Compulsory Briefing Session Attendance Register For Prospective Bidders Rfp 01-2019 Provision Of A Production Management And Track And Trace Solution For Cigarettes. 10 May 2019. Available: www.sars.gov.za/AllDocs/Embargo/Tenders/SARS-Tend-RFP01-2019-05%20-%20Attendance%20register.pdf (accessed 04 October 2019).
- [74] Framework Convention Alliance. Why the EU tracking and tracing system works only for the EU. August 2019. Available: www.fctc.org/wp-content/uploads/2019/07/FCA-Policy-Briefing-Why-the-EU-tracking-and-tracing-systems-works-only-for-the-EU.pdf (accessed 28 August 2019).